## RELÂMPAGO EM CÉU AZUL

Na Europa, o Verão de 1914 chegou numa atmosfera de distensão internacional. Em Maio, numa carta para o embaixador britânico em Berlim, escrevia o subsecretário dos Negócios Estrangeiros:

«Verá, pelos documentos, que, presentemente, há muito poucas coisas de interesse a decorrer na Europa, e, se não fosse pelos problemas que se registam no México, estaríamos por cá numa completa tranquilidade.»<sup>1</sup>

As relações anglo-germânicas, depois da crise marroquina de 1911, tinham vindo progressivamente a melhorar. «Agora,» haveria de escrever o conde Loreburn, «pode parecer estranho pensar nisso, mas os governos alemão e britânico, por alturas do Verão de 1914, estavam em excelentes relações.»<sup>2</sup>

Em contrapartida, não faltavam preocupações de ordem interna um pouco por todo o Velho Continente. As tensões sociais que haveriam de levar ao fim dos regimes monárquicos na Rússia e na Alemanha já estavam latentes, desde há muito, naqueles países. No Império Austro-Húngaro, as convulsões sociais e étnicas eram permanentes e potencialmente desagregadoras. Os confrontos entre os republicanos irlandeses secessionistas e os unionistas do Ulster, por seu turno, constituíam uma dor de cabeça para a coroa britânica. Quando, no dia 3 de Julho de 1914, o *The Times* dava o título de "Esforços para a paz" ao seu artigo de fundo, e dizia «O público da Inglaterra e da Escócia não faz ideia de quão perto do desastre se encontra a nação»<sup>3</sup>, era à crise do Ulster que estava a referir-se e não ao conflito de dimensão mundial que já estava em gestação. Em França, era o início do julgamento de Madame Caillaux, esposa do ministro das Finanças e líder do Partido Radical, acusada do assassinato do editor de *Le Fígaro*, que concitava toda a atenção da imprensa, mesmo depois de iniciada a crise internacional.

Assim, enquanto grande parte dos Europeus se preparavam para partir para as praias, termas e montanhas, no gozo de umas muito desejadas férias estivais, a história, que nunca mete férias, preparava-se para registar os desenvolvimentos de uma das maiores tragédias de sempre. Em menos de duas semanas (de 23 de Julho, data do ultimato austro-húngaro à Sérvia, a 5 de Agosto, data da declaração de guerra da Grã-Bretanha à Alemanha), todas as principais potências europeias passavam do período de férias de Verão ao estado de guerra. Foi tudo tão repentino que nem os próprios movimentos pacifistas, do antecedente muito activos em França e na Alemanha, lograram desempenhar o papel que deles se esperaria numa crise que tivesse um desenvolvimento mais gradual e prolongado.

## Sarajevo - rastilho para uma guerra

Bem no Centro da Europa, o Império Austro-Húngaro, dominado pela dinastia dos Habsburgos, compunha-se de uma população de cinquenta milhões de súbditos, que as vicissitudes da história haviam colocado sob o domínio de doze milhões de alemães e de dez milhões de magiares. Os restantes vinte e oito milhões repartiam-se pelas etnias checa, eslovaca, polaca, ucraniana, romena, sérvia, croata, eslovena, italiana e eslavos de religião muçulmana.

A Sérvia, saída de dolorosas convulsões dinásticas no início do século XX, que levara, em 1903, ao assassinato do rei Alexandre I e da rainha Draga, encontrara, sob a égide do novo soberano, Pedro I, uma certa estabilidade económica e social que lhe permitiu sonhar com a

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> JOLL, James, *The origins of the first world war*, p. 200.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> REID, Robert (The Earl Loreburn), *How war came*, p. 93.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> JOLL, James, *Idem*, p. 200.

unificação de todos os eslavos do sul, no que seria uma espécie de "Grande Sérvia", finalmente com acesso ao Adriático. Segundo os entusiastas desse projecto, a monarquia sérvia teria um papel idêntico ao que, cinquenta anos antes, tivera a monarquia piemontesa na unificação italiana. Havia, contudo, uma diferença de tomo: essa unificação teria de ser feita, em grande parte, à custa da agregação de territórios e povos que se encontravam debaixo da dominação do Império Austro-Húngaro. Antes de subir ao trono, Pedro I estivera exilado na Rússia e eram diversos os laços familiares estabelecidos entre a nobreza dos dois países. A Sérvia e a Rússia eram, além disso, seguidoras da mesma religião, o que mais os aproximava no plano mental. Na Rússia, uma forte imprensa Pan-eslavista não parava de impulsionar espiritualmente todos os movimentos que levassem à libertação dos eslavos submetidos ao domínio de outros poderes. No contexto do projecto da Grande Sérvia, essas ideias encontraram eco no seio de organizações extremistas, que estavam dispostas a passar à luta armada de tipo terrorista.

A Áustria-Hungria estava ciente da ameaça e temia que, caso a Sérvia lograsse os seus intentos, outras zonas do Império lhe seguissem o exemplo, levando ao desmoronamento do vasto domínio dos Habsburgos.

Cerca do dia 5 de Junho de 1914, o embaixador sérvio em Viena, Jovan Jovanovitch, ter-se-á avistado com o ministro austríaco das Finanças e ministro para a Bósnia, Dr. Von Bilinski, dando-lhe conta de que sabia ser intenção do herdeiro do trono, arquiduque Francisco Fernando, visitar proximamente a Bósnia. O embaixador entendeu que era seu dever alertar o governo austríaco para os perigos dessa visita e foi bem claro ao afirmar que existia o sério risco de ocorrer um atentado à vida do arquiduque. A veracidade ou a precisão deste aviso tem sido, por diversas razões, motivo de grande controvérsia, mas o seu aprofundamento está fora do objectivo deste estudo.

Com aviso ou sem aviso, o certo é que, a 28 de Junho, o ilustre visitante chegou a Sarajevo, capital da Bósnia, e dirigiu-se à Câmara Municipal, acompanhado de sua mulher. No itinerário para a sede do município, foi lançada uma primeira bomba contra o automóvel em que seguia Francisco Fernando. A explosão apenas feriu um oficial da escolta e o arquiduque prosseguiu a visita. No regresso, apesar de aconselhado a utilizar outro itinerário, o ilustre visitante insistiu em deslocar-se ao hospital militar para se inteirar do estado de saúde do oficial ferido. Foi nesse trajecto que um jovem saltou para o estribo do automóvel e assassinou, a tiro, Francisco Fernando e a esposa. O autor do atentado era um estudante bósnio, Gavrilo Princip, o qual, segundo se verificou posteriormente, havia recebido apoio de um oficial sérvio.

De acordo com o que se apurou no processo que antecedeu o julgamento de Princip, o movimento nacionalista sérvio temia que, após a subida ao trono de Francisco Fernando, este lograsse, com medidas de apaziguamento social, melhorar as condições de vida dos eslavos do império e, consequentemente, fazer abortar o projecto da Grande Sérvia.

Ao receber a notícia do atentado, o governo de Belgrado teve a noção perfeita de que a Áustria-Hungria não deixaria de usar o acontecimento para uma manobra de agressão à Sérvia, procurando responsabilizá-la pelo crime de Sarajevo. Apesar de, oficialmente, o governo sérvio ter condenado o atentado, ter expressado as suas condolências e de ter declarado que entregaria à justiça quaisquer indivíduos que se provasse serem cúmplices dos assassinos, não quis assumir a possibilidade de o crime ter sido preparado em território sérvio, pelo que não ordenou qualquer inquérito. Tão-pouco procurou travar os inamistosos comentários de alguma imprensa sérvia, que mais pareciam aplaudir do que condenar o atentado que vitimara Francisco Fernando. A imprensa vienense encarregou-se de publicar a tradução desses artigos, permitindo a sua leitura nos países da Europa Ocidental. Em termos de opinião pública, o resultado foi, naturalmente, manifestamente desfavorável à Sérvia, reforçando a ideia de que o governo de Belgrado tinha algo a ver com a morte do arquiduque.

-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> GRIMBERG, Carl, *História Universal*, Vol. 18, p. 211.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> V. FAY, Sidney, *The origins of the world war*, Vol. II, pp. 152-166.

Perante o seu aliado alemão, o Império Austro-Húngaro não tardou a tomar posição sobre o crime de Sarajevo. Numa carta dirigida a Guilherme II, preparada pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, conde Von Berchtold, e assinada pelo punho do imperador Francisco José, afirmava-se:

«O crime contra o meu sobrinho é a directa consequência da agitação estimulada pelos Pan-eslavistas russos e sérvios, cujo único objectivo é enfraquecer a Tripla Aliança e despedaçar o meu império. Embora possa ser impossível provar a cumplicidade do governo sérvio, não pode haver dúvidas de que a sua política, ambicionando a união de todos os Eslavos do Sul (Jugoslavos) sob a bandeira sérvia, encorajará tais crimes, e, se não for travada, fará perigar a minha dinastia e os seus domínios. Os meus esforços devem ser dirigidos no sentido de isolar a Sérvia e de reduzir o seu tamanho. Depois do recente e terrível acontecimento, estou certo de que [V.ª Majestade] também estará convencido de que um acordo entre nós e a Sérvia está fora de questão, e que a política de paz de todos os monarcas europeus está ameaçada enquanto este centro de agitação criminal permanecer impune em Belgrado.»

Nestas breves linhas, recebidas pelo kaiser em 5 de Julho, havia um objectivo a alcançar – *isolar a Sérvia e reduzir o seu tamanho* – para o qual, no entanto, não se indicavam, de imediato, formas de actuação. Muito menos se traçavam cenários sobre as possíveis consequências a nível europeu.

## 25 dias de calma estival

No plano político, o que se seguiu ao atentado foi, durante pouco menos de um mês – até ao ultimato apresentado pela Áustria-Hungria à Sérvia –, praticamente imperceptível pelos europeus. Basta consultar a imprensa diária da época para concluir que não houve, imediatamente, a noção de perigo de guerra, uma vez que as muitas movimentações então ocorridas tiveram lugar no ambiente restrito das chancelarias. O próprio kaiser Guilherme II partiu no seu iate, a 6 de Julho, para uma viagem aos fiordes noruegueses. De resto, a generalidade das figuras políticas e militares de topo alemãs estavam, por essa altura, ausentes de Berlim, gozando as férias do período estival. Moltke<sup>7</sup>, por exemplo, encontrava-se desde Abril em Karlsbad, numa cura de águas, e só regressaria a Berlim em 26 de Julho. Von Jagow, o ministro dos Negócios Estrangeiros, fora para a Suíça em lua-de-mel, e só regressou à Alemanha em 6 de Julho.

Do mesmo modo, em França, a situação pareceu suficientemente tranquila para que uma visita oficial do presidente Raymond Poincaré e do primeiro-ministro René Viviani à Rússia, prevista havia tempos, se realizasse mesmo, como estava combinado, com partida de Paris a 16 de Julho. E, nem sequer acharam que seria prudente que o primeiro-ministro ficasse em França.

Da parte da Alemanha, o comportamento estival dos seus responsáveis máximos não significava menosprezo pelas consequências do assassinato de Sarajevo. Na ocasião, quiseram convencer-se de que qualquer tipo de acção que a Áustria tomasse contra a Sérvia, mesmo o recurso às armas, ficaria circunscrito aos Balcãs. É certo que, dois dias depois do atentado, o embaixador alemão em Viena, Heinrich von Tschirschky, reportou para Berlim que tinha «aproveitado todas as oportunidades para avisar [a Áustria], com calma mas de forma muito enérgica e veemente, contra passos precipitados». Ao ler este relatório, Guilherme II anotou à margem: «É agora ou nunca! Quem o autorizou a fazer isto? É muito estúpido! Não tem nada que se meter nisto, porque compete unicamente à Áustria considerar o que fazer neste caso, porque, se as coisas correrem mal, será dito que a Alemanha se opôs!! Tschirschky que se

\_

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> GOOCH, George, *History of modern Europe – 1878-1919*, p. 533.

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Marechal Helmuth von Moltke, chefe do Estado-Maior Imperial.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> FAY, Sidney, *Idem*, Vol. II, p. 172.

deixe destas tolices, por favor! Os assuntos devem ser esclarecidos com os Sérvios, e o mais rapidamente possível.» Ao mesmo tempo, o kaiser informava o embaixador austríaco em Berlim, conde Szögyény, de que «seria lamentável se deixássemos de aproveitar o momento presente, que nos é tão favorável.» Há que dar a estes desabafos de Guilherme II o seu devido valor, não deixando de acompanhar a posição bem mais cautelosa do seu governo, como adiante se verá.

Mas era certo que a política a seguir tratava, no essencial, de aproveitar a indignação europeia perante o crime de Sarajevo para tomar as medidas fortes que há muito eram desejadas, sempre na perspectiva de um conflito localizado. Recordando esses dias, Raymond Poincaré haveria de escrever que não sustentava a tese de que, nessa fase inicial, «a Áustria e a Alemanha tivessem um pensamento consciente e intencional de provocar uma guerra geral», sublinhando que não existem documentos que suportem essa hipótese. «Talvez tivessem pensado, ingenuamente, que a Europa se quedaria imóvel assistindo ao aniquilamento da Sérvia, que a Rússia se limitaria a uns protestos diplomáticos e que a Inglaterra e a França adoptariam uma atitude transigente, como o haviam feito quando da anexação da Bósnia-Herzegovina.»

David Martelo - 2013

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> FAY, Sidney, *Idem*, Vol. II, p. 175.

<sup>&</sup>lt;sup>10</sup> POINCARÉ, Raymond, *The responsibility for the war*, p. 14.